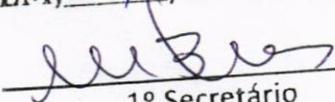




LIDO NO EXPEDIENTE

EM, 29/08/23


1º Secretário

Dispõem sobre a reserva de vagas de empregos para mulheres vítima de violência doméstica e familiar nas empresas prestadoras de serviços ao Estado do Piauí e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei dispõem sobre a reserva de vagas de empregos nas empresas prestadoras de serviço ao Estado do Piauí para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Ficam reservadas 5% das vagas de emprego dos prestadores de serviços ao Estado do Piauí para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

§1º Os editais de licitação e os contratos deverão conter cláusulas que contenham a determinação prevista no caput do presente artigo.

§2º A observância do percentual de vagas reservadas por esta Lei dar-se-á durante todo o período da prestação de serviços e aplicar-se-á a todos os cargos oferecidos.

Art. 3º Na hipótese de não preenchimento da quota prevista no art. 2º, as vagas remanescente serão revertidas para as demais mulheres trabalhadoras.

Art. 4º Na renovação dos contratos celebrados e/ou aditamentos será observada o disposto nesta Lei.

Art. 5º As empresas prestadoras de serviços ao Estado do Piauí deverão preservar a intimidade e o direito a privacidade das funcionárias contratadas, nos termos da presente Lei, a fim de evitar constrangimentos e discriminações no ambiente de trabalho.

§1º A condição de vítima de violência doméstica deverá ser comprovada mediante apresentação de cópia de registro de ocorrência policial ou certidão da ação judicial com ou sem a concessão de medida protetiva nos termos da Lei Federal nº 11.340 de 07 de agosto de 2.006 – Lei Maria da Penha.

§2º O previsto no presente ser feito pelo CREAS – Centro de Referência Especializados de Assistência Social, bem como pelos equipamentos destinados ao acolhimento institucional de mulheres vítimas de violência intrafamiliar.





ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa
Gabinete Deputado Hélio Isaías

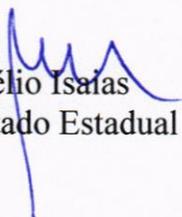
§3º Mulheres em situação de violência que correm risco de morte, acolhidas em abrigo da rede pública municipal, estadual ou federal que se enquadrem nos critérios da presente Lei, deverão ter assegurados o seu direito ao sigilo relativos aos dados pessoais e endereço, para preservação da sua vida e dos seus filhos.

Art. 7º O presente conteúdo desta Lei deverá ser afixado em local visível no interior das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, bem como nos demais equipamentos e locais de atendimento à mulher vítima de violência doméstica.

Art. 8º Para consecução do Objetivo da presente Lei, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário poderão celebrar convênios com entidades da sociedade civil.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ,
Teresina, 24 de agosto de 2.023.


Hélio Isaías
Deputado Estadual



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa
Gabinete Deputado Hélio Isaías

JUSTIFICATIVA

Trata-se de projeto de Lei que estabelece reserva de vagas de trabalho às mulheres vítimas de violência doméstica na empresas que prestam serviços ao Estado do Piauí.

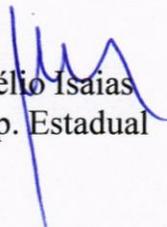
A violência doméstica e familiar é uma questão não apenas Policial, mas também social e de saúde pública. As agressões restringem o desenvolvimento das potencialidades das mulheres, inclusive a sua inserção e produtividade no mercado de trabalho.

Diversos Estudos comprovam que as mulheres submetidas a situação de violência doméstica apresentam menor capacidade de concentração e de tomar decisões no trabalho. E não para por aí: elas se sentem estressadas com frequência, faltam mais e tem sua produtividade diminuída. Com isso a situação de instabilidade se acentua, ou seja, a dinâmica de emprego e desemprego aumenta.

Esses fatores impactam a vida laboral e o salário da mulher - o que pode afetar também a sua autonomia econômica e ampliar a sua dependência do agressor.

Nestes termos, importante a reserva das vagas previstas nesta Lei a fim de garantir às mulheres que se encontrem neste estado de vulnerabilidade, oportunidade para superar as dificuldades ocasionadas pelo trauma vivido, e, principalmente, para que o emprego garanta uma estabilidade financeira evitando eventual dependência do parceiro/agressor.

Portanto, estas são as razões que nos leva a submeter à consideração dos nobres colegas Deputados, o presente projeto de lei.


Hélio Isaías
Dep. Estadual